



GRACIANO ALVES
DE AZAMBUJA

HISTÓRIA RESUMIDA DO **BANCO DA PROVÍNCIA**



GRACIANO ALVES DE AZAMBUJA

HISTÓRIA RESUMIDA DO BANCO DA PROVÍNCIA

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
2017**

Autor: Graciano Alves de Azambuja

Organizador: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLU), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Capa e Editoração: Priscila Pereira Pinto

Ilustração da Capa: 1ª Sede do Banco da Província. Fotografia tomada por Luis Terragno em 1862. Neste casarão foi aberta ao público a primeira agência bancária do RGS e no local funcionou de 1º de julho de 1858 até 17 de Janeiro de 1962. Este sobrado foi construído por volta de 1850 e foi demolido a partir de 1954. Por muitos anos, na parte térrea, funcionou a Farmácia e Drogaria Central, uma das mais conhecidas da cidade.

Ilustrações: Acervo do Dr. Ronaldo Marcos Bastos

A991h Azambuja, Graciano Alves de

História resumida do Banco da Província [recurso eletrônico] / Graciano Alves de Azambuja. Organizado por: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

Modo de acesso:
<http://ihgrgs.org.br/#ebooks>
ISBN: 978-85-62943-12-6

1.Economia 2. Bancos : Negócios. 3. Economia : Comércio : Século XIX : Porto Alegre. 4. História Econômica : Porto Alegre. 5. Banco da Província : Porto Alegre. I. Azambuja, Graciano Alves de. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU 33

Márcia Piva Radtke
CRB 10/1557

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil Horário de

Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

NOTA

Agosto do corrente ano viu passar a efeméride dos cento e setenta anos do nascimento de GRACIANO ALVES DE AZAMBUJA. Esse motivo é mais do que suficiente para que o Instituto Histórico e Geográfico venha a público homenagear a memória de um dos mais ilustres filhos do Rio Grande do Sul.

Nascido em 9 de agosto de 1847, na estância paterna do Petim, e falecido em Porto Alegre, em 9 de julho de 1911, foi homem de pensamento e ação.

Com Carlos de Koseritz introduziu, entre nós, os estudos sobre Herbert Spencer e sustentou o que podemos chamar de círculo spenceriano do Rio Grande do Sul, onde, ao lado de tantos, podem ser identificados Alcides Maya, Alcides Cruz, Victor de Brito, Carlos Maximiliano, Getúlio Vargas e Gaspar Saldanha.

Discípulo dileto de Fernando Ferreira Gomes, teve Júlio de Castilhos e Ernesto Alves, entre seus alunos. Ernesto Alves, seu parente, formado em Direito em São Paulo, foi recebido em seu escritório para exercer a atividade de advogado e, por toda vida, privou da amizade e foi colaborador do Barão do Rio Branco, seu companheiro Juca Paranhos, nos tempos da Academia das Arcadas.

Empreendedor urbano e produtor rural, advogado militante e professor da Escola Normal, estatístico e servidor público, versado em história natural e nas matemáticas, sua contribuição para o avanço do processo cultural rio-grandense é imensa e seu labor filosófico consubstanciada nas *Lições Preliminares de Filosofia*, cujo mérito foi reconhecido por Sívio Romero, representa um momento de maturidade do pensamento rio-grandense.

Sua obra ainda jaz esparsa e a Equipe Técnica do IHGRGS tem como um dos seus mais acalentados objetivos, identificar, reunir e divulgar o máximo que for possível de seus trabalhos.

A *História Resumida do Banco da Província*, que foi compilada e é lançada agora, formato e-book, foi originalmente veiculada pela imprensa para assinalar a passagem dos cinquenta anos daquela instituição bancária. O jornal **A Federação** publicou-a, de modo incompleto, em cinco partes, nas edições de 30 de junho e 1º, 3, 9 e 10 de julho de 1908.

A historiografia do Rio Grande do Sul ressentiu-se da ausência de testemunhos de sua vida comercial mais além da produção de mulas e formação de tropas, da produção de charque, da lavoura açoriana ou da dos imigrantes e do contrabando, a varejo ou por atacado. O trabalho de Graciano Alves de Azambuja, que não mereceu referência nos ainda poucos textos que abordam essa dimensão da história rio-grandense da segunda metade do século XIX, embora marcado pela incompletude, é extremamente valioso na medida em que demonstra como, naquele período, foi vista criticamente a atividade bancária inaugural no Rio Grande do Sul.

Sobre a economia do Rio Grande do Sul GRACIANO ALVES DE AZAMBUJA escreveu muito. De grande vulto e com juízos adequados publicou na **Gazeta de Porto Alegre**, a partir da edição de 27 de junho de 1881, com o título de *A Exposição Brasileiro-Alemã cartas públicas à redação da Imprensa*, extenso trabalho em que aborda temas de cariz econômico num marco teórico orientado pelo cientificismo da época. O IHGRGS aproveita o ensejo para agradecer a disponibilidade do Dr. Ronaldo Marcos Bastos que escolheu, em seu acervo pessoal, as ilustrações que compõem o e-book, assim como elaborou suas bem lançadas legendas.

Dando a lume a *História Resumida do Banco da Província*, de GRACIANO ALVES DE AZAMBUJA, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul reafirma seu compromisso em identificar, preservar e divulgar as fontes do processo histórico rio-grandense e, ao mesmo tempo, homenagear um dos mais ilustres entre os ilustres filhos desta terra.

Porto Alegre, outubro de 2017.

A Equipe Técnica do IHGRGS



GRACIANO ALVES DE AZAMBUJA, 1847 - 1911
Imagem do fotógrafo Gonçalves & Irmão - 1904

I*



2ª Agência do Banco da Província em Porto Alegre. Fotografia retirada de um postal editado por Hugo Freyler em 1908, mostrando o edifício - ao lado do Palacete Chaves - onde funcionou entre janeiro de 1862 e março de 1885.

Vai celebrar amanhã o Banco da Província o seu jubileu. Instalado a 1º de julho de 1858 completará ele amanhã o seu quinquagésimo aniversário.

Cinquenta anos!... período bem insignificante na vida dos povos e das nações, representa, porém, uma existência na maioria dos homens e é um período já considerável na duração de uma personalidade ou de uma corporação jurídica.

Nestes cinquenta anos decorridos quantas instituições de crédito da sua natureza conheceu o Banco da Província, que existiam antes dele e que já desapareceram?... quantas e quantas outras viu ele nascer e que já se sumiram igualmente na voragem?

Banco Ales Souto, Banco do Brasil (o antigo), Banco Mauá, Banco Commercial do Rio de Janeiro, Banco Rural e Hypothecario, Banco Nacional, Banco da República, Banco Emmissor do Sul (para não falar senão dos maiores e mais conhecidos) e tantos outros brasileiros e estrangeiros encontrou ou viu surgir em seu caminho o Banco da Província, cada qual mais possante e cheio de capitais e vida, e foram-se todos ruindo uns pós outros, em meio das crises e das especulações e

* *A Federação*, 30 de junho de 1908

liquidações ruinosas – uns francamente perdidos e insolváveis, outros apelando para as fusões e as reorganizações que os fizeram mudar de nome e de existência e que lhes deram por algum tempo o prolongamento de uma vida precária!...

E entre estes embates e vaivéns de sorte, nos períodos de prosperidade e de crise, pequeno, modesto e sem jactância de força que não tinha, vagaroso e prudente, com pé seguro, experimentando bem a solidez do terreno a cada passo que avançava, o Banco da Província cresceu lentamente e avigorou-se aos poucos para chegar agora sobranceiro e forte a uma posição respeitável, a uma reputação invejável, a uma solidez granítica e a uma idade que igual não conta, pensamos nós, nenhum dos outros bancos do nosso país.

Do Rio de Janeiro para o sul podemos com segurança afirmar que nenhum dos bancos ora existentes tem uma idade que exceda ou mesmo se aproxime a do Banco da Província e do Rio de Janeiro para o norte acreditamos também que nenhum banco tem existência anterior ou mesmo aproximada a 1858.

Será assim o Banco da Província na atualidade o banco mais antigo do Brasil e provavelmente também um dos mais antigos senão o mais velho entre todos os bancos da América do Sul.

Razão tem, pois de sobra o Banco da Província para engalanar-se e celebrar o seu jubileu. E com esta festa devem ensoberbecer-se não só a sua diretoria, os seus empregados e os seus acionistas como o nosso comércio e mesmo o povo do Rio Grande do Sul.

Há justo motivo de orgulho para todos. As glórias do acontecimento que se festeja são recíprocas; e entre os fatores que o produziram devemos proclamar e engrandecer não só a boa gestão e a honorabilidade dos diretores e dos empregados do Banco como também a moralidade e os bons créditos da sua clientela e freguesia.

Dizem que os rio-grandenses são altaneiros e orgulhosos. A verdade, porém, é que não são uma nem outra coisa. O que eles têm é um justo amor de si e do seu nome; do que eles se ufanam é de pertencer a uma parte do Brasil que tem no seu passado uma legenda de heroísmo e de serviços patrióticos na vida pública e outra de honestidade e moralidade jamais excedidas tanto na vida pública como na privada.

O Brasil é um dos países de mais crédito na América do Sul e, entre os Estados do Brasil, são os do sul os que têm mais crédito e encontram mais facilidades em suas relações com o comércio europeu.

Em nosso tirocínio de advogado e nas poucas relações que temos mantido com casas comerciais e fabricantes da Europa tivemos muitas ocasiões de verificar o fato, apreciando e apanhando-lhe os fundamentos.

O antigo Banco do Brasil teve aqui no Estado uma caixa filial durante muitos anos. Quando terminou suas operações e liquidou, todos os papéis de crédito e valores da sua carteira foram realizados sem prejuízo de um real.

O Banco Emissor do Sul teve aqui uma carteira hipotecária de operações de crédito real. Todo o mundo sabe quanto são delicadas, cercadas de perigos e sujeitas a dificuldades as operações dessa natureza. No entanto, as operações da carteira hipotecária do Banco Emissor (e nós as julgávamos feitas em condições muito onerosas para os mutuários) foram todas liquidadas sem prejuízo algum. Compare-se esta lisura dos nossos proprietários com as fraudes e os grandes prejuízos que sofreram os bancos que no Rio de Janeiro fizeram esta classe de operações.

Na lista dos depósitos das caixas econômicas do nosso país, o Rio Grande do Sul teve sempre um dos primeiros lugares entre os maiores depositantes, superando assim e vencendo, nesta ordem de economias, estados mais populosos e mais ricos do que ele.

Comparando as coisas pequenas com as grandes, pode-se dizer que a nossa posição neste ponto é semelhante à riqueza da França em relação à da Inglaterra – esta, o país dos milionários, dos grandes proprietários e latifúndios, a terra da aristocracia e a riqueza por excelência – a França, o país da pequena propriedade, da burguesia ou do grande número dos abastados, mas pagando em poucos meses, no ano de 1871, sem abalos nem dificuldades, a enorme contribuição de guerra que lhe foi imposta pela Alemanha vencedora, e prestando mão forte, no ano passado, ao Banco da Inglaterra, quando este se viu em situação difícil por causa da medonha crise que assolou os Estados Unidos da América do Norte.

Não era rico o Rio Grande do Sul nos tempos áureos das lavouras do café e do açúcar que se estendiam por quase todos os Estados de S. Paulo para o Norte. Muito menos rico é, ainda agora, comparado aos Estados que exploram essa grande mina que se denomina borracha.

Mas com sua ainda muito atrasada indústria pastoril, com a pequena lavoura ainda feita em sua maior parte por processos rudimentares e com a sua indústria nascente, tem conseguido o seu povo um progresso incontestável e uma posição independente, que seriam muito maior e mais forte se outras fossem algumas circunstâncias que aqui é escusado enumerar.

A existência já longa do Banco da Província, a escala acanhada e modesta em que ele começou a viver, a maneira por que tem crescido vagarosamente, a sua pujança e solidez de agora, a honorabilidade e moralidade que tem sempre caracterizado a sua administração e as suas operações, o modo pelo qual atravessou as crises mais delicadas e difíceis da nossa vida econômica e comercial – são fatos abonadores do que viemos afirmando e que honram altamente o Rio Grande do Sul.

Não queremos com estas proposições deprimir ninguém.

Apenas chamamos a atenção para os fatos, cuja realidade ninguém pode contestar e fazemos surgir deles as conclusões que lhes são decorrentes.

Saudemos, pois, pelas colunas da imprensa, o Banco da Província do Rio Grande do Sul no dia do seu jubileu e estamos certos que, assim procedendo, interpretamos o sentimento geral do comércio e da sociedade rio-grandenses, que nos acompanharão, indubitavelmente, nas homenagens que viemos prestar-lhe.

E, como a lição que resulta dos fatos apontados é interessantíssima e instrutiva, sob muitos pontos de vista, pedimos permissão para, em artigos subsequentes, fazer uma história resumida do Banco da Província e dos principais acontecimentos que nele ocorreram durante os cinquenta anos de viagem nos mares da existência que amanhã vai completar o seu périplo.

II*



3ª Agência do Banco da Província - 1900. Fotografia dos Irmãos Ferrari mostrando o edifício construído na esquina da Rua Sete de Setembro com a Gal. Câmara, pelo próprio Banco da Província, a partir de 1882. A agência passou a funcionar neste local em 08 de março de 1885.

Foi em 1854 que surgiu em Porto Alegre a ideia da criação de um banco, e parece que a iniciativa partiu de José Luiz Cardoso de Salles (depois Barão de Irapuá), porquanto foi em sua casa, e naturalmente por convite seu, que se reuniram a 6 de abril desse ano os srs. José Joaquim dos Santos Ferreira, Joaquim José Mendes Ribeiro, José Inocêncio Pereira, Antero Henrique da Silva, José Dias de Souza, José Pedro Alves, William Macrae, Mac Gachen Irmãos, José Hebert, Manoel Soares Lisboa, José Domingues dos Santos e Antônio José Pedrosa. Serviu de secretário este último.

Resolveu-se nesta reunião pedir-se ao governo a criação em Porto Alegre de uma caixa filial do Brasil e o sr. José Joaquim dos Santos Ferreira ficou incumbido da redação da representação que deveria ser assinada pelos negociantes e proprietários residentes nesta cidade.

A 30 do mesmo mês e ano fez-se nova reunião, desta vez em casa do comendador Manoel Ferreira Porto Filho, sob a presidência (por aclamação) do dr. João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, que era então presidente desta província, servindo de secretário o dr. Luiz de Freitas e Castro.

Deliberou-se neste dia a criação de um banco sob a denominação de *Banco Commercial da Provincia de Rio Grande do Sul*, de preferência a uma caixa filial dependente do Banco do Brasil. Resolveu-se mais que as ações seriam do valor de 200\$000 rs. cada uma para ficarem ao alcance de todas as bolsas.

Para a organização e redação dos estatutos foi nomeada uma comissão composta dos srs. José Luiz Cardoso de Salles, José Hebert e Lopo Gonçalves Bastos, e uma outra comissão para

* A Federação, 1 de julho de 1908

angariar a subscrição de ações, composta esta pelos srs. Manoel Ferreira Porto Filho e José Dias de Souza.

A ata desta reunião foi assinada por 57 pessoas (negociantes e capitalistas).

A 18 de junho de 1854, em outra reunião em casa do dito comendador Manoel Ferreira Porto, sob a presidência do dr. Luiz de Freitas e Castro, tratou-se de satisfazer a disposição do art. 13 dos estatutos, que determinava que nada se poderia deliberar sem que estivessem subscritos 100 contos de capital. (É digno de nota que se fizesse obra por estatutos que ainda não estavam aprovados. Mas isto prova quanto eram escrupulosos os nossos maiores, e como naquele tempo se exigia uma autorização para as coisas as mais simples.) Procedeu-se no mesmo ato à subscrição de ações e foram subscritas 681 na importância de 136:260\$000 rs.; e foram em seguida eleitos presidente e secretário da assembleia geral dos acionistas os srs. dr. Luiz de Freitas e Castro e José Domingues dos Santos.

Nesse mesmo dia 18 de junho e em outra reunião (a primeira foi dos negociantes, proprietários e capitalistas; a segunda foi assembleia geral dos acionistas) foram discutidos e aprovados em parte os estatutos. No dia 19 é que terminou a sua discussão e aprovação.

Poucos dias depois – a 26 de junho – em assembleia geral efetuada no edifício da sociedade Soirée Porto-Alegrense foram eleitos diretores do Banco os srs. Manoel Ferreira Porto Filho, José Inocêncio Pereira, Lopo Gonçalves Bastos, Lourenço Antonio Pinto Filho, José Luiz Cardoso de Salles, Joaquim Lopes de Barros & Irmão e José Pedro Alves & Irmão, e no dia seguinte – 27 de junho – foram eleitos suplentes dos diretores os srs. José Dias de Souza, José Inácio Teixeira Júnior, João Pereira Machado, José Joaquim dos Santos Ferreira, Clemente José Pinto, José Joaquim Mendes Ribeiro, Wenceslau Joaquim Alves Leite e José Hebert. Para a comissão fiscal foram eleitos os srs. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (senador), dr. Antonio José de Moraes e Abel Correa da Câmara e, para a comissão de exames, os srs. João Felix da Fonseca Pereira Pinto, dr. Israel Rodrigues Barcellos e Manoel Soares Lisboa.

Foram nomeadas outras comissões para agenciar subscritores de ações, a saber:

- Joaquim José Mendes Ribeiro e Manoel Soares Lisboa.
- José Inocêncio Pereira e José Pedro Alves.
- José Joaquim dos Santos Ferreira e Inácio Antônio Machado.

Após isso, decorreram quase três anos durante os quais, sem dúvida, a diretoria do Banco (Conselho Diretório do Banco, denominava-se ela) tratou de conseguir a aprovação dos estatutos e a autorização para o Banco poder funcionar – coisas que, naquele tempo, dependiam do Governo Imperial, ao passo que, por outro lado, as comissões respectivas tratavam de fazer subscrever as ações do Banco, cujo capital devia ser de mil contos de réis dividido em 5.000 ações de 200\$000.

A 23 de novembro de 1857 o conselho diretório do Banco recebeu do Presidente desta Província ofício remetendo cópia do aviso do Ministério da Fazenda de 4 de novembro e o Decreto n. 2205 de 24 de outubro, tudo de 1857, autorizando a incorporação e aprovando os estatutos do Banco. Inteirada disso, a Diretoria resolveu officiar ao Ministro da Fazenda Bernardo de Souza Franco e Barão de Mauá, agradecendo-lhes o relevante serviço prestado a esta Província na criação do Banco.

Tratou-se logo em seguida de conseguir-se uma casa para a instalação do Banco, bem como da escolha de um gerente e, assim também, foram chamados os subscritores de ações nesta cidade para virem ratificar suas assinaturas, e nomeada uma comissão composta dos srs. comendador João de Miranda Ribeiro, Porfírio Ferreira Nunes, Eufrásio Lopes de Araújo e tenente coronel Thomaz José de Campos para agenciar tomadores para 600 ações do Banco nas cidades do Rio Grande e Pelotas.

Para gerente foi nomeado o sr. Antônio de Azambuja Cidade Junior, que servira muitos anos na Contadoria da Fazenda Provincial e que então se achava aposentado. Devia o sr. Cidade acumular no Banco as funções de gerente e tesoureiro.

Para edifício do Banco foi escolhido a casa de sobrado na rua de Bragança nº 116, de propriedade de José Antônio da Silva Veiga (onde se acha atualmente a farmácia Pasquier), que foi alugada ao preço de 64\$000 por mês, e isto depois de abandonada a ideia de comprar-se a Casa Queimada, na rua da Praia esquina Praça da Alfândega, de propriedade de Joaquim José Brochado, para no lugar dela ser edificada uma casa própria para o Banco.

Para o cargo de guarda-livros foi nomeado João Baptista Tallone, para o de escriturário Antero Vieira de Castro e para o de porteiro Francisco Leite da Veiga Cabral.

A 28 de junho de 1857 foi aprovado o regimento interno do Banco e fixados os vencimentos dos empregados, a saber: gerente com 2:000\$000 réis de ordenado e 800\$000 réis de gratificação e mais 800\$000 para quebras; guarda-livros com 1:500\$000 réis de ordenado e 500\$000 de gratificação; escriturário, com 1:000\$000 réis de ordenado e 200\$000 réis de gratificação; fiel do tesoureiro, com 1:000\$000 réis de ordenado e 200\$000 réis de gratificação; cobrador, com 1:000\$000 réis de ordenado e 200\$000 réis de gratificação; o porteiro com 600\$000 réis de ordenado e o contínuo, que serviria de correio, com 400\$000 réis de ordenado.

Assim ficando tudo disposto e organizado, instalou-se no dia 1º de julho de 1858, numa quinta-feira, o Banco da Província do Rio Grande do Sul, tendo sido até esse dia subscritas somente 4.001 de suas 5.000 ações.

Assistiram à sua instalação os diretores Manoel Ferreira Porto Fº, João Pereira Machado, Lopo Gonçalves Bastos, José Pedro Alves e José Dias de Souza, lavrando-se ata escrita por João Pereira Machado e por todos assinada.

Dela consta que o Presidente da Província, convidado para assistir à instalação, oficiou ao conselho diretor desculpando-se por não poder comparecer por incômodos de saúde.

Nesta ocasião já havia falecido o diretor Lourenço Antônio Pinto e achavam-se ausentes os diretores José Luiz Cardoso de Salles, José Inocêncio Pereira e Joaquim Lopes de Barros.

Tal foi a gestação e assim deu-se o nascimento do Banco da Província do Rio Grande do Sul, aqui minuciosamente acompanhados e descritos para serem arquivados os nomes daqueles que presidiram à sua fundação.

De todas as pessoas consignadas nesta resenha – só uma vive ainda agora – é o nosso respeitável e venerando amigo Antero Henrique da Silva, e dos primitivos subscritores de ações só existem, além do sr. Antero, os srs. Antônio Carneiro da Fontoura, Domingos Martins Barbosa Filho, Ernesto Carneiro da Fontoura e Justo de Azambuja Rangel.

III*



Fotografia - de autor não determinado - mostrando a parte interna de uma das secções da terceira agência na esquina da Sete de Setembro com Gal. Câmara.

Logo após a instalação do Banco, os empregados trataram de efetuar as suas fianças, que foram exigidas pela diretoria, na razão de vinte vezes o ordenado do gerente-tesoureiro e do seu fiel, de oito vezes o ordenado do guarda-livros, de cinco vezes o ordenado do escriturário e seis vezes o do porteiro. Nenhum dos empregados foi dispensado da fiança.

Foi nomeado fiel do tesoureiro o cidadão Joaquim José de Oliveira Castro, que serviu pouco tempo, pois se retirou em janeiro de 1859, sendo nomeado então para esse cargo Dionizio da Fonseca Reis.

Procedeu-se ao recebimento da primeira entrada do capital, na razão de 20\$000 rs., por ação e que devia ser realizada em moeda nacional ou notas do Tesouro ou notas da Caixa Filial do Banco do Brasil, com sede na cidade do Rio de Grande ou em libras esterlinas.

Foi anunciado o dia 13 de julho para o começo das operações e fixaram-se em 9% e 6% as taxas de juro anual, esta para o dinheiro depositado ou recebido a prêmio e aquela para os descontos.

A 14 de julho foi descontada a primeira letra – 6:701\$570 a prazo de seis meses – e somente a 12 de outubro recebeu-se a primeira quantia (2000\$000) a prêmio de 6% ao ano e a quatro meses de prazo.

Mais tarde, a 22 de novembro, é que se abriu a primeira conta corrente credora.

As primeiras seis entradas tiveram que ser feitas com pequenos intervalos; a segunda chamada foi resolvida a 16 de julho, a terceira a 16 de agosto, a quarta a 29 de setembro de 1858, a quinta a 10 de janeiro e a sexta a 15 de abril de 1859, de sorte que se encerrou o primeiro ano bancário com quase 600 contos de capital realizado. Trinta anos depois, em 1889, é que foi realizada a sétima entrada.

* A Federação, 3 de julho de 1908

O principal motivo destas chamadas, assim proximamente feitas umas sobre as outras, foi a falta de afluência de depósitos de dinheiro ao banco, e este fato deve ser atribuído em primeiro lugar à deficiência do meio circulante. A moeda que mais girava aqui, naquele tempo, era a onça de ouro, e esta se entendia que o Banco não receberia, porque as entradas do capital só podiam ser feitas e só foram realizadas nas espécies acima indicadas.

Em segundo lugar, é presumível que nos primeiros tempos muita gente que tinha dinheiro em condições de ser levado ao Banco por empréstimo, ou não sabia que ele existia ou ignorava para o que servia, ou receava pela segurança do seu dinheiro naquela casa, como acontece quase sempre com as instituições e corporações novas. Foi o que ocorreu com a Caixa Econômica desta Capital, cujos primeiros anos de existência foram assinalados por um movimento insignificante de entradas de depósitos.

Tal foi a falta de dinheiro no Banco insipiente, principalmente devida à escassez do meio circulante, que a 13 de setembro de 1858 o diretor José Joaquim dos Santos Ferreira propôs que o Banco recebesse as onças de ouro de 7 ½ oitavas de peso, a 30\$000 rs., na razão de 4\$000 rs. por oitava. Esta proposta, depois de muito discutida em várias reuniões da diretoria, foi afinal aceita e aprovada em 29 de setembro.

Também, pelo mesmo motivo, houve logo necessidade de elevar a taxa do desconto a 11% e a taxa do juro dos depósitos a 7%, convindo mencionar que nesta ocasião o mesmo diretor Santos Ferreira apresentou uma ideia e proposta que foi rejeitada, mas que nos parece muito sensata e muito justa para a maioria dos casos. Entendia ele e propôs que houvesse sempre uma diferença constante de 3% entre a taxa dos descontos e a dos depósitos, de modo que, quando se elevasse uma, fosse elevada também a outra, devendo o Banco ficar satisfeito em ganhar 3% sobre os dinheiros recebidos e por ele empregados em descontos e outras transações.

A Contadoria Provincial foi, logo após o nascimento do Banco, um dos seus melhores fregueses, conseguindo que o juro para ela não fosse além de 9%. Quando se encerrou o primeiro ano bancário devia ela ao Banco mais de 220 contos de réis. Foi o que sucedeu ao antigo Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, do qual o Tesouro Nacional, em tempos que já vão longe, foi um dos maiores devedores, ao ponto de colocá-lo em sérias dificuldades por mais de uma vez.

A 15 de novembro de 1858 ainda existiam para serem tomadas 299 ações do Banco, e no fim do ano bancário (a 30 de junho de 1859) esse número estava reduzido a 165.

No primeiro ano de sua existência não se abriu no Banco uma única conta corrente devedora.

Pelo decreto que autorizou o Banco a funcionar e que aprovou os seus estatutos, foram emendados estes na parte relativa à emissão de notas, e ficou estatuído o seguinte:

O Banco teria a faculdade de emitir bilhetes ao portador e à vista, até a soma do seu capital efetivo. Estes bilhetes seriam realizáveis em moeda metálica ou notas do Tesouro e garantidos por igual soma em apólices da dívida pública de juro de 6% ou nas de 5 e 4% pelo valor correspondente, e em ações de empresas que tenham o juro de 7% pelo menos, garantido pelo governo imperial ou provincial, todos estes títulos pelo seu valor nominal.

As apólices e ações que servissem de garantia à emissão seriam de propriedade do Banco e ficariam depositadas em seus cofres.

Enquanto o Banco não obtivesse os títulos acima designados poderia, até a soma do seu capital realizado, emitir bilhetes ao portador e à vista, para cuja realização e troco em moeda corrente e metálica e notas do Tesouro conservaria em caixa soma que não fosse inferior a 50% desta emissão.

Os bilhetes emitidos pelo Banco não poderiam ser de valor menor de dez mil réis.

Em vista destas disposições, o Banco providenciou, assim que foi instalado, sobre as notas a emitir e as mandou vir de Londres, tendo chegado a 16 de maio de 1859 a primeira remessa de duas mil notas de 10\$000 rs., que foram logo assinadas e que foram postas em circulação, 15 contos a 13 de junho e 5 contos a 4 de julho de 1859.

Aqui ficam assinalados os primeiros e principais atos do primeiro ano bancário, que foi encerrado com o balanço abaixo, onde se poderá apreciar a extensão que teve cada classe de operações. As taxas de 11 e 7% foram mantidas, e o dividendo distribuído no fim do ano foi de 4\$900 rs. por ação ou 6 ⅓%.

Não se deve estranhar a minuciosidade com que procuramos narrar as primeiras ocorrências da vida do Banco; sentimos até não poder ir mais longe nestas minúcias porquanto a impressão que nos fica após a leitura das numerosas atas da directoria é a de um profundo respeito e alta veneração pelos homens que a compunham e que serviam com dedicação, gratuitamente, sem outro interesse que não fosse fazer crescer e alentar-se para ter vida longa e vigorosa o instituto ou corporação que haviam criado.

Nota: Estes artigos não poderão aparecer dia a dia com a regularidade que seria para desejar. Dependem da leitura atenta de documentos antigos e papéis velhos, cujas letras e tintas nem sempre são das melhores para decifrar. O artigo acima dependeu da leitura e exame de todas as atas da directoria de 1858-59.

Como caso humorístico mencionaremos que sob o nosso exame appareceu uma velha ação do Banco da Província no verso da qual se lia o seguinte:

INTRANSFERÍVEL em quanto se pasa o tempo por q foi instalado o Banqo si antes se não extingir. (Assignado) O dono e posuidor José Joaquim de Qampos Leão. Setembro 27 de 1862.

E adiante:

Vendida por Qorpo Santo a Antonio Texeira Qanabarro. (Assignado) Qorposanto, Triunfo, fevereiro 4 de 1871.

Banco da Provincia do Rio Grande do Sul		
BALANÇO GERAL NO ANNO DE 1º DE JULHO DE 1858 A 30 DE JUNHO DE 1859		
ACTIVO	1º semestre de 1º de julho a 31 dez. 1858	2º semestre de 1º de janeiro a 30 de junho 1859
Accionistas.....	622:560\$000	419:800\$000
Mobilia	1:792\$650	1:792\$650
Depositos	39:000\$000	39:000\$000
Letras descontadas	321:280\$528	568:472\$487
« a praso maior de 4 mezes..	176:115\$144	152:397\$894
Juros		2:143\$712
Despezas de emissão de papel-moeda	6:000\$000	6:113\$000
Caixa	15:529\$640	79:187\$905
	1.182:277\$962	1.268:907\$648
PASSIVO	31 dez. 1858	30 junho 1859
Capital.....	1.000:000\$000	1.000:000\$000
Deposito da directoria	39:000\$000	39:000\$000
Emissão da papel-moeda.....		15:000\$000
Contas correntes com juros.....	6:936\$716	14:390\$322
Letras por dinheiro a juros.....	124:253\$615	162:046\$524
Descontos		13:186\$212
Fundo de reserva		1:517\$075
1º dividendo		23:691\$500
Lucros e perdas	12:087\$631	76\$015
	1.182:277\$962	1.268:907\$648

IV*



Fotografia do edifício construído pelo Banco da Província na esquina da Sete de Setembro com a Rua Uruguai e que foi inaugurado em 1913 com projeto do arquiteto Theo Wiederspahn. O banco funcionou neste edifício até a década de 50 quando construiu o grande edifício, no mesmo local, existente até os dias atuais.

Era intenção dos diretores fazer o Banco emitir notas até a importância de 600 contos de Réis (a importância do capital realizado até a sexta chamada) e por isso haviam mandado vir de Londres 60.000 notas do valor de 10\$000 rs. cada uma.

O Banco poderia fazer essa emissão, diz o decreto que o autorizou a funcionar, conservando em caixa a quantia de 300 contos de reis em moeda nacional, ou garantindo-a com apólices da dívida pública por valor igual ao da emissão.

Mas, poucos meses depois de terem sido lançadas na circulação as primeiras duas mil notas, as cinquenta e oito mil notas restantes, que foram chegando logo após as primeiras e que estavam em grande parte já assinadas, não puderam ser emitidas em consequência de um pesado ônus que o governo criara sobre cada uma delas.

O decreto n. 2490, de 30 de setembro de 1859 criou o selo de 1\$000 rs. por semestre sobre os bilhetes ou notas (de qualquer valor até 50\$000 rs.) emitidos pelos bancos incorporados por atos do poder executivo. Cada nota de 10\$000 rs. ficava, assim, sujeita ao selo ou imposto de 2\$000 rs. por ano, e a emissão, portanto, de notas deste valor ficava sujeita ao imposto de 20% ao ano.

* A Federação, 9 de julho de 1908

Acrescente-se a este pesadíssimo ônus a obrigação de reter em caixa 50% do valor emitido e ver-se-á que o imposto aludido era essencialmente proibitivo e que o Banco da Província procedeu muito bem desistindo da emissão e resolvendo recolher a que já estava feita.

Isto se deu a 3 de novembro de 1859, em ocasião em que havia na circulação 13:710\$000 rs., em notas do Banco, que começaram a ser resgatadas nesse dia e que foram recolhidas até março de 1861, com exceção de uma única nota que nunca acudiu ao troco.

Esse selo proibitivo era precursor de uma lei que então se elaborava, proposta do Ministro da Fazenda em junho de 1859, contra a qual a diretoria do Banco representou mas que foi adotada, sancionada e publicada sob n. 1083, em 22 de agosto do ano seguinte.

Dispôs essa lei:

Art. 1º. Nenhum dos bancos criados por decreto do poder executivo poderá emitir, sob a forma de notas ou bilhetes ao portador, quantia superior ao termo médio de sua emissão operada no decurso do primeiro trimestre do corrente ano, enquanto não estiver habilitado para realizar em ouro o pagamento de suas notas, exceto se além do fundo disponível ou de garantia e das outras condições estabelecidas nos respectivos estatutos, tiver em caixa parte de seu capital equivalente ao excesso do dito termo médio de emissão e for esta parte representada por moedas de ouro ou barra do mesmo metal do toque de 22 quilates, etc. etc.

.....

§2º. Nenhum dos bancos criados por decretos do poder executivo poderá emitir ou manter na circulação notas, bilhetes e em geral escritos que contenham promessa ou obrigação de valor recebido em depósito ao portador, de quantia inferior a 50\$000 rs. na corte e província do Rio de Janeiro e a 25\$000 rs. nas outras províncias. O governo marcará um prazo razoável dentro do qual as notas ou bilhetes de tais valores deverão ser resgatados, ficando estes, desde que tiver começado o resgate ou substituição, isentos do imposto do selo respectivo.

Em julho de 1859 foram eleitos diretores os srs. João Pereira Machado, Lopo Gonçalves Bastos, Clemente José Pinto, Manoel Ferreira Porto Filho, José Inocêncio Pereira, Joaquim Lopes de Barros & Irmão e José Dias de Souza e suplentes os srs. João José de Carvalho, Macedo & Azevedo, Joaquim Caetano Pinto, Huch & Cia., João Baptista Soares da Silveira e Souza, Joaquim Antônio de Oliveira Maia e Justino José da Silva. Os diretores M. F. Pinto Filho e José Dias de Souza, reeleitos, não aceitaram o cargo, pelo que foram chamados os suplentes.

Estas diretorias, conquanto numerosas (compunham-se de sete membros) funcionavam regularmente, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, em casos extraordinários, celebrando mais de uma reunião na semana.

O cadastro das firmas era objeto de seu assíduo cuidado; todas as semanas marcava-se a quantia dentro da qual a comissão dos descontos, composta de dois diretores, podia efetuá-los. A comissão dos descontos era nomeada semanalmente. As taxas de descontos e dos depósitos eram marcadas mensalmente. A diretoria tinha um presidente e um secretário, eleitos entre si; este é que lavrava a ata das reuniões da diretoria.

Desde os primeiros tempos do Banco admitiu-se a reforma das letras descontadas, exigindo-se a princípio uma amortização de 20% e mais tarde de 10%.

Esta exigência estendia-se até a Contadoria Provincial, se ela se queria prevalecer do abatimento da taxa de juro, que lhe havia sido concedido, porquanto se não fizesse a amortização a taxa seria de 11% ao ano.

Nota-se naquele tempo nos diretores um espírito bastante equitativo e uma tendência muitas vezes assinalada para reduzir as taxas de juro. É assim que já em junho de 1860, o diretor João José de Carvalho propunha a redução da taxa de descontos a 9% e dos depósitos a 6%. Rejeitado esse alvitre, ele foi aceito no mês seguinte, apresentado desta vez pelo diretor João Pereira Machado.

Desde que a caixa do banco subia um pouco, os diretores recusavam-se a receber dinheiro a juro, em vez de reduzirem a taxa dos depósitos.

Compreende-se perfeitamente o procedimento das diretorias. Elas faziam o seu aprendizado em operações bancárias e não queriam andar aos saltos. Tinham receios das novidades e temiam pelos primeiros passos do banco, que era apenas um infante.

Parece que, naquele tempo, não era só aqui que se ignorava bastante o que são operações bancárias e o seu manejo regular. Mesmo no Rio de Janeiro andavam quase todos bastante atrasados, do que apresentaremos aqui mesmo a prova.

Em janeiro de 1860, a diretoria resolveu vender as cento e sessenta e cinco ações do banco que estavam por emitir.

No ano de 1859 a 60, os dividendos foram de 6\$700 no primeiro semestre e de 4\$600 no segundo, total 11\$300 correspondentes ao juro de 9½%.

As transferências de ações que tinham sido de oitocentos e noventa e nove no primeiro ano, foram de mil e noventa e três no segundo.

Ainda neste segundo ano bancário não se abriu uma única conta corrente devedora. Só a 15 de novembro de 1860 é que a diretoria resolveu iniciar esta espécie de operações mediante fiança de duas firmas. Ficavam assim, os devedores em conta corrente, mais garantidos do que os devedores por letras descontadas. Nestas, em geral, figuravam duas firmas; naquelas iam figurar três firmas.

Estes fatos vêm confirmar o que acima dissemos: o pequeno traquejo ou quase nenhuma prática que das operações bancárias tinham os homens daquele tempo, porquanto – é quase escusado observar – os diretores do banco eram quase sempre as sumidades do comércio da cidade de Porto Alegre.



A Sala da diretoria do Banco da Província no edifício da Sete de Setembro com a Rua Uruguai em 1914. A imagem foi tomada por Virgílio Calegari.

Dissemos ontem que teríamos a prova de que no Rio de Janeiro, na época em que o Banco da Província começou a funcionar, não estavam muito mais adiantadas do que nós as sumidades financeiras e comerciais e os leitores vão já apreciá-la.

Banco de emissão, como foi autorizado o Banco da Província, devia ter um fiscal por parte do governo. Para este cargo foi nomeado (por decreto de 1º de setembro de 1860) o dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba, que tomou posse logo a 22 do mesmo mês, assistindo a quase todas as reuniões da diretoria (mas não assinando as respectivas atas).

Por questão de vencimentos teve o fiscal discussões com a diretoria e mais tarde essas discussões se acaloraram por causa da intervenção que o fiscal queria ter em todas as operações do Banco. A 23 de janeiro de 1861 o fiscal declarou aos diretores que, em sua opinião, o Banco não podia abrir contas correntes sobre a garantia de fianças e que o Banco não devia abrir contas correntes dessa classe enquanto não fosse resolvida a consulta que a respeito deste ponto havia feito ao Ministro da Fazenda. A diretoria resolveu não atender ao fiscal, principalmente porque a sua resolução de abrir contas correntes havia sido tomada na presença do fiscal, que assistira a reunião de 15 de novembro de 1860 e que nada objetara contra essa espécie de operações bancárias.

No entanto, a absurda exigência do fiscal teve em seu favor a autoridade do governo. A 9 de setembro de 1861, o fiscal comunicou ao banco que, por aviso do Ministério da Fazenda, fora resolvido que o Banco não podia abrir contas correntes sobre fianças e que as contas já abertas deviam ser fechadas e liquidadas.

* *A Federação*, 10 de julho de 1908

Teve o Banco que se submeter ao absurdo.

Essa decisão do Ministério da fazenda nos dá a medida do atraso e do espírito restritivo do tempo em relação a operações bancárias. Ela era uma flagrante injustiça em face dos estatutos do Banco, que haviam sido recentemente aprovados pelo governo e que no art. 68 dispunham que o banco faria operações de descontos, empréstimos e contas correntes.

§2º empréstimos sobre penhores, cauções, fianças teriam lugar (...) 5º sobre fianças (...)

§3º contas correntes sobre dinheiros depositados, sobre penhores de ouro, prata, diamantes brutos e lapidados, sobre apólices da dívida pública e outros títulos do governo geral e provincial, ações de companhias ou títulos de particulares, sobre ações do próprio Banco e sobre cauções.

Ora, ninguém dirá, ninguém poderá sustentar que, em vista das disposições dos estatutos que acabamos de citar, os empréstimos por meio de contas correntes, sendo estas garantidas por fianças, não estavam implícita e explicitamente autorizados pelos estatutos bancários.

E tanto esta é a verdade, tanto era insubsistente a decisão do Ministério da Fazenda, que ela caiu por si mesma, pouco tempo depois, e que o Banco prosseguiu nas operações encetadas de contas correntes garantidas por fianças e cauções.

O Banco não queria mais emitir. Não sendo mais um banco de circulação, não precisava mais de um fiscal. O fiscal dr. Ubatuba foi demitido, porque o cargo de fiscal foi suprimido.

E assim o Banco, desafrontado, pode seguir o seu caminho sem entraves. Ele precisava bastante de sua liberdade. Mal começara a dar os primeiros passos, logo lhe apareceu aqui um forte concorrente. Em fins de 1860 ou princípios de 1861 (não podemos precisar a data) o Banco Mauá Cia. estabeleceu uma caixa filial em Porto Alegre e o nome deste ilustre rio-grandense tinha então um grande prestígio em todo país, motivo poderoso para que a clientela e as adesões do comércio e do povo rio-grandenses acudissem prontamente à sua casa bancária.

Mas o Banco da Província marchava com passos seguros.

Parece que ele tomara por divisa a frase latina – *Festina lente*. No terceiro ano bancário, os seus dividendos foram de 13\$300 rs. (ou 11½%), no quarto de 14\$300 (ou 1111/12%); as transferências de ações começaram a diminuir.

O Banco se impunha à confiança pública e os possuidores das suas ações começavam a guardá-las como excelente emprego de capital.

Nós veremos no artigo seguinte como se avolumaram as suas operações.